

Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 82/XV/ 2.ª SL

Aos 22 dias do mês de dezembro de 2023, pelas 10:32 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na Sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

(formato misto - videoconferência + presencial)

Parte I

1. Informações;

Abriu a reunião o Senhor Deputado Luís Capoulas Santos (PS), Presidente da Comissão de Assuntos Europeus (CAE) que, após os habituais cumprimentos, informou que a Assembleia da República tinha sido notificada pelo Conselho, das propostas de emendas aos Tratados apresentadas pelo Parlamento Europeu e poderão originar a abertura de uma Convenção para a revisão dos Tratados, e que será distribuída pelos membros da Comissão.

2. Grupo de Trabalho – Escrutínio de Iniciativas Europeias;

O Senhor Coordenador do Grupo de Trabalho – Escrutínio de Iniciativas Europeias, Deputado Ricardo Sousa (PSD), informou que na listagem correspondente ao período entre 7 e 13 de dezembro de 2023 foram sinalizadas 18 iniciativas para conhecimento, seguindo-se a apresentação das seguintes propostas de deliberação:

Referência	Data Iniciativa	Título	Comis. Competente
COM(2023)654	2023-12-07	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre o funcionamento do mercado europeu do carbono em 2022 nos termos dos artigos 10.º, n.º 5, e 21.º, n.º 2, da Diretiva 2003/87/CE	Conhecimento à 11.ª CAENE

Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 82/XV/ 2.ª SL

COM(2023)692	2023-12-07	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria o Mecanismo para as Reformas e o Crescimento nos Balcãs Ocidentais	Conhecimento à 2.ª CNECP
COM(2023)760	2023-12-07	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES sobre a revisão da Diretiva relativa à restrição do uso de determinadas substâncias perigosas em equipamentos elétricos e eletrónicos	Conhecimento à 9.ª CS e à 11.ª CAENE
COM(2023)761	2023-12-07	Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) 2022/2578 no respeitante à prorrogação do seu período de aplicação	Conhecimento à 6.ª CEOPPH
COM(2023)773	2023-12-07	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à assinatura, em nome da União Europeia, do Protocolo que altera o Acordo entre a União Europeia e o Japão para uma Parceria Económica no que diz respeito ao livre fluxo de dados	Conhecimento à 1.ª CACDLG e à 2.ª CNECP
COM(2023)774	2023-12-07	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração, em nome da União Europeia, do Protocolo que altera o Acordo entre a União Europeia e o Japão para uma Parceria Económica no que diz respeito ao livre fluxo de dados	Conhecimento à 1.ª CACDLG e à 2.ª CNECP
COM(2023)902	2023-12-07	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO E AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU Relatório sobre o Mecanismo de Alerta 2024	Conhecimento à 5.ª COF
COM(2023)570	2023-12-08	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Relatório sobre o estado da Década Digital 2023	Conhecimento à 6.ª CEOPPH
COM(2023)690	2023-12-08	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Comunicação de 2023 sobre a política de alargamento da EU	Conhecimento à 2.ª CNECP e à 4.ª CAE

Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 82/XV/ 2.ª SL

COM(2023)719	2023-12-08	Proposta de RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO «A Europa em Movimento» — oportunidades de mobilidade para fins de aprendizagem para todos	Conhecimento à 8.ª CEC
COM(2023)786	2023-12-08	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Tutela jurisdicional efetiva e acesso à justiça Relatório Anual de 2023 sobre a Aplicação da Carta dos Direitos Fundamentais da EU	Conhecimento à 1.ª CACDLG e à 4.ª CAE
COM(2023)702	2023-12-11	Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 92/106/CEE do Conselho no que respeita a um quadro de apoio ao transporte intermodal de mercadorias e o Regulamento (UE) 2020/1056 do Parlamento Europeu e do Conselho no que se refere ao cálculo das economias de custos externos e à produção de dados agregados	Conhecimento à 6.ª CEOPPH
COM(2023)776	2023-12-11	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que estabelece a posição a adotar, em nome da União Europeia, no âmbito da 13.ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, sobre a adesão da República Democrática de Timor-Leste à OMC	Conhecimento à 2.ª CNECP
JOIN(2023)36	2023-12-12	RELATÓRIO CONJUNTO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Relatório intercalar conjunto sobre a aplicação do plano de ação da UE em matéria de igualdade de género (GAP III)	Conhecimento à 1.ª CACDLG
COM(2023)669	2023-12-12	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Plano de Ação para a Energia Eólica	Conhecimento à 11.ª CAENE
JOIN(2023)50	2023-12-13	COMUNICAÇÃO CONJUNTA AO CONSELHO EUROPEU Ponto da situação sobre as relações políticas, económicas e comerciais UE-Turquia	Conhecimento à 2.ª CNECP e à 4.ª CAE
COM(2023)728	2023-12-13	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo a um quadro de monitorização da resiliência das florestas europeias	Conhecimento à 7.ª CAPes e à 11.ª CAENE

Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 82/XV/ 2.ª SL

COM(2023)768	2023-12-13	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO CONSELHO Relatório sobre o capítulo III do Regulamento (UE) 2022/1854 do Conselho, de 6 de outubro de 2022, relativo a uma intervenção de emergência para fazer face aos elevados preços da energia Contribuição de solidariedade e medidas equivalentes aprovadas: balanço	Conhecimento à 6.ª CEOPPH
COM(2023)731	2023-12-07	Proposta de DECISÃO DE EXECUÇÃO DO CONSELHO que altera a Decisão de Execução do Conselho (UE) (ST 10161/21 e ST 10161/21 ADD 1), de 13 de julho de 2021, relativa à aprovação da avaliação do plano de recuperação e resiliência da Bélgica	
COM(2023)784	2023-12-11	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que estabelece a posição a adotar, em nome da União Europeia, no âmbito da 13.ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, sobre a adesão da União das Comores à OMC	
COM(2023)785	2023-12-11	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à adesão de Tuvalu ao Acordo de Parceria provisório entre a Comunidade Europeia, por um lado, e os Estados do Pacífico, por outro	
C(2023)8362	2023-12-11	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO sobre a Iniciativa de Cidadania Europeia (ICE) Fur Free Europe («Uma Europa sem peles»)	
COM(2023)668	2023-12-12	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Concretizar as ambições da UE em matéria de energia de fontes renováveis ao largo	

Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 82/XV/ 2.ª SL

COM(2023)950	2023-12-12	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à posição a adotar, em nome da União Europeia, no âmbito do Conselho de Parceria criado pelo Acordo de Comércio e Cooperação entre a União Europeia e a Comunidade Europeia da Energia Atómica, por um lado, e o Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, por outro, no que diz respeito às regras específicas por produto transitórias aplicáveis aos acumuladores e veículos elétricos	
COM(2023)653	2023-12-13	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Relatório Intercalar sobre a Ação Climática da UE em 2023	
COM(2023)788	2023-12-13	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre os dados relativos ao impacto orçamental da atualização anual de 2023 das remunerações e pensões dos funcionários e outros agentes da União Europeia, e dos coeficientes de correção aplicáveis às mesmas	

Submetida a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares da IL, do PCP e do BE.

Em seguida, o Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus deu nota dos dados estatísticos comparativos referentes ao escrutínio de iniciativas europeias pelos Parlamentos nacionais, ocupando o Parlamento português o segundo lugar entre os Parlamentos nacionais que mais escrutinam.

3. Aprovação das propostas de concretização da maximização da metodologia de escrutínio do Grupo de Trabalho – Escrutínio de Iniciativas Europeias.

Usou da palavra o Senhor Coordenador do Grupo de Trabalho – Escrutínio de Iniciativas Europeias, Deputado Ricardo Sousa (PSD), passando a informar que o documento em apreciação surge no seguimento da apresentação da proposta de maximização da metodologia de escrutínio de iniciativas europeias, e encerra um conjunto de medidas de concretização da referida proposta de maximização da metodologia, tendo em vista



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 82/XV/ 2.ª SL

a melhoraria do funcionamento do Grupo de Trabalho – Escrutínio de Iniciativas Europeias.

Submetida a votação, as propostas de concretização da maximização da metodologia de escrutínio do Grupo de Trabalho – Escrutínio de Iniciativas Europeias foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares da IL, do PCP e do BE.

4. Apreciação e votação do relatório sobre o acompanhamento pela Comissão de Assuntos Europeus da Conferência sobre o Futuro da Europa e respetiva proposta de Projeto de Resolução da Assembleia da República;

O Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus procedeu à apresentação do relatório sobre o acompanhamento pela Comissão de Assuntos Europeus da Conferência sobre o Futuro da Europa, referindo o envolvimento da Assembleia da República, em particular da Comissão de Assuntos Europeus, no exercício inovador que consubstanciou a Conferência sobre o Futuro da Europa (CoFE) desde o seu início. Deste modo, deu nota do trabalho desenvolvido por esta Comissão neste contexto, destacando a participação nas diversas reuniões dos grupos de trabalho e reuniões plenárias da CoFE, bem como a participação e organização de eventos nacionais dedicados à discussão dos temas da Conferência.

Seguidamente, lembrou que, com o propósito de acompanhar a implementação das propostas adotadas pela CoFE, a CAE realizou vários debates para aferir a execução das medidas apresentadas pelos cidadãos, sendo que, estes debates, deram origem ao relatório final em apreciação. Destacou que este documento descreve a participação da Assembleia da República na Conferência sobre o Futuro da Europa, e as suas conclusões, entre outras, congratulavam: a) o papel desempenhado pela Presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, ao contribuir para o estabelecimento de um acordo sobre a Declaração Conjunta (Conselho, Parlamento Europeu e Comissão Europeia) relativa à Conferência sobre o Futuro da Europa, desbloqueando o impasse em que se encontrava o início deste exercício; b) o envolvimento dos cidadãos europeus e promoção do diálogo com as instituições europeias e órgãos decisores num mesmo nível de igualdade; e c) a cooperação demonstrada entre as instituições da União, os Governos e os Parlamentos Nacionais.

Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 82/XV/ 2.ª SL

Concluiu sugerindo que, atendendo ao trabalho desenvolvido até à data, e como consequência direta do referido relatório, pudesse ser apresentado um projeto de resolução que, para além das conclusões do relatório, recomendasse que fosse dada continuidade ao acompanhamento futuro desta temática, em particular a avaliação do seguimento dado às medidas propostas pelos cidadãos que se encontram em execução ou por executar.

Seguiu-se o período de discussão da iniciativa, durante o qual os Grupos Parlamentares presentes não manifestaram qualquer objeção, tendo o relatório final sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares da IL, do PCP e do BE, bem como a submissão do texto do projeto de resolução para votação em reunião plenária.

5. Apreciação e votação de Pareceres da CAE no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) [JOIN \(2023\) 16](#) - Proposta conjunta de REGULAMENTO DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º 269/2014 que impõe medidas restritivas no que diz respeito a ações que comprometam ou ameacem a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia - Relatório da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Deputado Autor de Parecer: Deputada Rosário Gambôa (PS)

Iniciativa sinalizada pela CAE: Prazo de envio – sem prazo

A Senhora Deputada Rosário Gambôa (PS) fez uma breve apresentação do Parecer, dando nota de que, não obstante a importância da matéria subjacente ao Regulamento em apreço, atendendo ao facto de a proposta já se encontrar em vigor e tendo sido objeto de relatório pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, não se justifica a emissão de uma parecer de escrutínio pela CAE.

Colocado à votação, o Parecer de não escrutínio foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares do CH, PCP e do BE.



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 82/XV/ 2.ª SL

b) [JOIN \(2023\) 25](#) - Proposta conjunta de REGULAMENTO DO CONSELHO que impõe medidas restritivas tendo em conta o apoio militar do Irão à guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia - Relatório da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Deputado Autor de Parecer: Deputado Tiago Moreira de Sá (PSD)

Iniciativa sinalizada pela CAE: Prazo de envio – sem prazo

O Senhor Deputado Tiago Moreira de Sá (PSD) fez uma breve apresentação do Parecer, dando nota de que, atendendo ao facto de a proposta de Regulamento em apreço já se encontrar em vigor, não se justifica a emissão de um parecer de escrutínio.

Colocado à votação, o Parecer de não escrutínio foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares do CH, PCP e do BE.

6. Outros assuntos;

O Senhor Presidente informou que, no próximo dia 9 de janeiro de 2024 terá lugar, pelas 11:00 horas, a reunião ordinária da CAE na qual será realizada a audição do Senhor Embaixador da Bélgica em Portugal sobre as prioridades da Presidência belga do Conselho da União. A este respeito, submeteu à consideração da Comissão a grelha de tempos a utilizar na audição, composta por duas rondas, a primeira com cerca de 70 minutos, e a segunda para inscrição individual dos Senhores Deputados, a qual mereceu o consenso de todos os presentes. Referiu ainda que, neste mesmo dia, realizar-se-á em sede de reunião plenária, a audição do membro do Governo sobre as prioridades da Presidência belga do Conselho da União.

Seguidamente, deu nota da realização nos dias 14 e 15 de janeiro, da reunião dos Presidentes da COSAC, a qual contará com a participação da Senhora Deputada Cristina Mendes da Silva (PS) em sua substituição, e atendendo à indisponibilidade dos Senhores Vice-Presidentes da Comissão. Neste contexto, o Senhor Presidente referiu-se à existência de uma plataforma denominada Portal dos Delegados, que constitui um instrumento de trabalho do Conselho utilizado por alguns Estados-Membros, o que não é o caso de Portugal. No entanto, o Parlamento neerlandês informou a intenção do Conselho de retirar o acesso dos Parlamentos nacionais ao referido Portal, situação



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 82/XV/ 2.ª SL

com a qual o Parlamento não concorda, devendo esta temática ser debatida na reunião dos Presidentes da COSAC. Mencionou ser seu entendimento que, sendo o Portal dos Delegados um instrumento do Conselho, cabe a esta instituição a competência para decidir quem tem acesso ao mesmo ou não. Em conclusão, submeteu à consideração dos presentes a decisão de coassinar ou não, a carta do Parlamento neerlandês, na qual é reclamado o acesso ao Portal dos Delegados pelos Parlamentos nacionais.

Interveio a Senhora Deputada Rosário Gambôa (PS), subscrevendo o entendimento do Senhor Presidente, a que se seguiu a intervenção do Senhor Deputado Paulo Moniz (PSD), destacando a complexidade da matéria, o que dificulta a tomada de uma decisão imediata, pelo que sugeriu que este assunto pudesse ser debatido na próxima reunião da CAE, o que mereceu o consenso dos presentes. Mais referiu, não obstante, que a solução poderia passar, por exemplo, por conceder o acesso apenas a um conjunto de pessoas identificadas, nomeadamente o Senhor Presidente da Assembleia da República ou o Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus.

Em seguida, o Senhor Presidente informou que já eram conhecidas as regras de funcionamento da Assembleia da República durante o período após dissolução, podendo a Comissão de Assuntos Europeus reunir para tratar questões de escrutínio ou outros assuntos urgentes, mediante pedido de autorização ao Senhor Presidente da Assembleia da República. Referiu-se, ainda, à realização de uma reunião com o Parlamento Europeu no âmbito do Diálogo entre Relatores, sobre uma iniciativa dedicada ao tema «Monitorização dos solos», a qual terá lugar após a dissolução da Assembleia da República. Assim, submeteu à consideração dos presentes, a decisão sobre se os membros da Comissão de Assuntos Europeus deveriam ou não participar. Mencionou ser seu entendimento que a Comissão de Assuntos Europeus não deveria participar, desde logo porque a matéria em causa seria também da competência de outras comissões parlamentares, as quais não se encontram autorizadas a reunir, o que mereceu o consenso dos presentes.

O Senhor Presidente deu nota, por fim, da realização de uma reunião extraordinária do Conselho Europeu, no próximo dia 1 de fevereiro de 2024, e que decorrerá após a dissolução da Assembleia da República, pelo que as respetivas audições para preparação e avaliação das conclusões da reunião do Conselho de acordo com a Lei

Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 82/XV/ 2.ª SL

de Acompanhamento, Apreciação e Pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do Processo de Construção da União Europeia, deverão decorrer em sede de Comissão Permanente mas, caso não se verifique, poderão ter lugar na Comissão de Assuntos Europeus.

7. Apreciação e votação da ata n.º 77 de 7 de novembro de 2023, da ata n.º 78 de 13 de novembro de 2023 e da ata n.º 79 de 13 de novembro de 2023.

O Senhor Presidente submeteu à votação a ata n.º 77 de 7 de novembro de 2023, da ata n.º 78 de 13 de novembro de 2023 e da ata n.º 79 de 13 de novembro de 2023, as quais foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares da IL, do PCP e do BE.

A reunião foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, disponível em: media.parlamento.pt/site/XVLEG/SL2/COM/04_CAE/CAE_20231222_1.mp3

Parte II

Audição para avaliação das conclusões do Conselho Europeu de 14 e 15 de dezembro de 2023 com o Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Tiago Antunes [ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º da Lei de Acompanhamento e Pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de Construção da União Europeia]

O Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Luís Capoulas Santos (PS), declarou aberta a audição, passando de imediato a palavra ao Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Tiago Antunes, que, no seu uso, deu nota das conclusões da reunião do Conselho Europeu de 14 e 15 de dezembro de 2023. Assim, informou sobre o desfecho incerto desta reunião, atendendo à contestação da Hungria relativamente a duas questões: a revisão do Quadro Financeiro Plurianual 2024-2027 (QFP) e a reserva financeira de apoio à reconstrução e modernização da Ucrânia. Afirmou que a principal conclusão retirada é a de que o resultado foi agridoce, mostrando-se positivo relativamente ao alargamento da União Europeia,

Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 82/XV/ 2.ª SL

designadamente quanto à abertura de negociações de adesão com a Ucrânia e a Moldova, a concessão do estatuto de país candidato à Geórgia e o compromisso de reavaliar os critérios de adesão quanto à Bósnia -Herzegovina. Em relação aos Balcãs Ocidentais, foi reconhecida a sua integração gradual, mediante o cumprimento dos requisitos de reforma. Destacou a importância da reforma interna da União Europeia tendo em vista a integração de novos membros, sublinhando que o alargamento e as reformas têm de avançar paralelamente. Quanto ao quesito menos positivo, destacou não ter sido possível alcançar um acordo quanto ao QFP, em particular a ajuda macrofinanceira à Ucrânia. Embora se tenha verificado um acordo entre 26 Estados-Membros, trata-se de uma matéria que implica unanimidade, o que não foi possível com a Hungria. O Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Europeus referiu-se, ainda, ao conflito no médio oriente e à posição da União Europeia sobre a necessidade de reforçar o domínio da segurança e defesa, ao debate sobre as migrações e a política internacional e o compromisso na definição da agenda estratégica da União Europeia para o próximo mandato.

Na primeira ronda de questões intervieram os Senhores Deputados: Catarina Rocha Ferreira (PSD), Paulo Moniz (PSD), João Paulo Rebelo (PS), Cristina Mendes da Silva (PS) e Bruno Nunes (CH), tendo o Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Europeus respondido de forma individualizada às questões apresentadas.

Na segunda ronda de questões usaram da palavra os Senhores Deputados: Paulo Moniz (PSD), João Paulo Rebelo (PS) e Bruno Nunes (CH), tendo o Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Europeus respondido conjuntamente às questões apresentadas.

Terminada a audição, o Senhor Presidente da Comissão deu-a por encerrada, agradecendo a disponibilidade do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Europeus.

A audição foi gravada em vídeo e transmitida em direto pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede (gravação integral disponível em: [Audição do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus \(parlamento.pt\)](https://www.parlamento.pt/Audicao-do-Secretario-de-Estado-dos-Assuntos-Europeus))



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 82/XV/ 2.ª SL

A reunião foi encerrada às 12:11 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 9 de janeiro de 2024.

O PRESIDENTE

(LUÍS CAPOULAS SANTOS)



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 82/XV/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Cristina Mendes Da Silva (PS)
Edite Estrela (PS)
João Paulo Rebelo (PS)
Jorge Seguro Sanches (PS)
Luís Capoulas Santos (PS)
Nathalie Oliveira (PS)
Rosário Gambôa (PS)
Rui Lage (PS)
Catarina Rocha Ferreira (PSD)
Isabel Meireles (PSD)
José Silvano (PSD)
Miguel Santos (PSD)
Paulo Moniz (PSD)
Ricardo Sousa (PSD)
Tiago Moreira De Sá (PSD)
Bruno Nunes (CH)
Jamila Madeira (PS)
João Barbosa De Melo (PSD)
Nuno Carvalho (PSD)
Patrícia Dantas (PSD)
Lúcia Araújo Da Silva (PS)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Brás (PS)
Pedro Nuno Santos (PS)
Maria Emília Apolinário (PSD)
Bernardo Blanco (IL)
Bruno Dias (PCP)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

António Sales (PS)
Miguel Iglésias (PS)
Isabel Pires (BE)